



REGULAMENTO DE MEDIAÇÃO

PREÂMBULO

Como a Mediação envolve aspectos psicológicos, emocionais, relacionais, negociais, legais, sociológicos, entre outros, o procedimento de Mediação aqui estabelecido poderá, quando necessário, a fim de potencializar resultados mais efetivos, se valer de profissionais especializados nas diversas áreas que envolvam a controvérsia, permitindo uma solução interdisciplinar por meio da complementaridade do conhecimento.

Admite-se neste regulamento, em alguns casos, a co-mediação que é o processo realizado por dois (ou mais mediadores) e que permite uma atuação colaborativa dos mediadores, das partes em conflitos e respectivos advogados, para maximizar a perspectiva de solução consensual e ampliar o controle de qualidade da Mediação.

Admite-se neste regulamento tanto a provocação do procedimento de Mediação Extrajudicial por consequência de Cláusula Compromissória de Mediação, prevista em contrato assinado pelas partes interessadas, como a tentativa decorrente da provocação unilateral de uma das partes, quando não existente Convenção anterior, fazendo diferença contudo na configuração técnica dos atos de comunicação e nos cuidados de se colher a manifestação consciente e inequívoca de tratar-se de procedimento voluntário.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As partes que resolverem submeter-se a um procedimento de Mediação perante à Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana – CAMACAN LATAM, inscrita no CNPJ sob nº. 40.176.055/0001-71 com sede no Rio de Janeiro/RJ, aceitam e ficam vinculadas ao presente Regulamento.

§1º Pode ser objeto de mediação nesta Câmara de Mediação, o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

§2º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

Art. 2º A mediação prevista neste regulamento será orientada pelos seguintes princípios:

- I. imparcialidade do mediador;
- II. isonomia entre as partes;
- III. oralidade;

- IV. informalidade;
- V. autonomia da vontade das partes;
- VI. busca do consenso;
- VII. confidencialidade;
- VII. boa-fé.

§1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação, sob as penas previstas em contrato ou, na ausência de previsão contratual, naquelas definidas na Lei 13.140/2015.

§2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

§3º Caberá às partes deliberarem sobre lacunas do presente regulamento, podendo delegar essa tarefa ao próprio Mediador ou à Diretoria da CAMACAN LATAM, se assim o desejarem.

Art. 3º As partes deverão participar do processo pessoalmente ou remotamente. Na impossibilidade comprovada de fazê-lo, podem se fazer representar por uma outra pessoa com procuração que outorgue poderes especiais de renunciar a direitos, transigir e firmar acordos.

§1º As partes podem se fazer acompanhar por advogados ou defensores públicos. As partes podem ainda ser assistidas por outros assessores técnicos e por pessoas de sua confiança ou escolha, desde que estas presenças sejam convencionadas entre as partes e consideradas pelo Mediador, úteis e pertinentes ao necessário equilíbrio do processo.

§2º Comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público e a outra parte sem a respectiva assistência, o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.

CAPÍTULO II - DA SOLICITAÇÃO INICIAL DA MEDIAÇÃO

Art. 4º Qualquer pessoa capaz envolvida em um conflito de direito disponível ou transacionável, mediante o pagamento das taxas e honorários respectivos, poderá solicitar por escrito a atuação desta instituição na tentativa de se proceder a uma mediação, apontando a existência ou não de Convenção de Mediação entre as partes, indicando o objeto da controvérsia e todos os dados indispensáveis para as comunicações necessárias.

§1º O interessado deverá protocolar a solicitação de Mediação via formulário próprio, disponível no sítio eletrônico da CAMACAN LATAM;

§2º Da solicitação de Mediação deverão constar:

- I – nome, e-mail de contato, endereço e qualificação das partes;
- II – nome, e-mail de contato, endereço e qualificação dos advogados das partes, acompanhados dos respectivos instrumentos de procuração;

- III – cópia do contrato social e documento que confere os poderes de representação da pessoa jurídica;
- IV – o objeto da controvérsia, com uma sucinta exposição das razões que fundamentam a pretensão;
- V – cópia integral do documento que contenha a cláusula de mediação, se houver;
- VI – estimativa do valor atribuído pelo requerente ao litígio.

§3º Os documentos indispensáveis para a compreensão do conflito deverão acompanhar o requerimento inicial.

Art. 5º Estando a solicitação de Mediação em conformidade com este Regulamento e não havendo previsão de cláusula compromissória de mediação em contrato ou outro documento, a CAMACAN LATAM, após abertura de procedimento no seu sistema, contatará a parte convidada informando a respeito do pedido de Mediação e chamando-a para participar da reunião de pré-mediação, já com data agendada. Acompanharão o convite os links para acesso ao Regulamento de Mediação, à Tabela de Custas e Honorários do Mediador.

§1º O convite para participar da reunião de pré-mediação deverá ser aceito em até 10 (dez) dias úteis após o respectivo recebimento pela parte convidada. A falta de resposta no prazo assinalado implicará recusa tácita e será comunicada à parte solicitante.

§2º Caso a parte convidada não seja encontrada no endereço fornecido pela parte solicitante, esta deverá ser informada para que forneça novo endereço no prazo de 10 (dez) dias úteis. Ultrapassado esse prazo sem que novo endereço ou outra forma de contato seja fornecido, o procedimento será arquivado.

§3º A recusa expressa da parte convidada quanto ao convite de mediação será comunicada à parte solicitante e implicará arquivamento do procedimento.

§4º A reunião de pré-mediação será individual, exceto quando as partes requererem a sua realização de forma conjunta, e poderá ser realizada na sede da CAMACAN LATAM ou por videoconferência.

§5º A reunião de pré mediação possui caráter meramente informativo e sua ocorrência não importa no início do procedimento de Mediação. O objetivo da reunião prévia é explicar o papel dos facilitadores e mediadores da CAMACAN LATAM, esclarecer sobre técnicas e etapas da mediação, além dos custos, da responsabilidade e postura esperada das partes e de seus advogados.

§6º O termo inicial de Mediação pode ser assinado na Pré-Mediação.

Art. 6º Realizada a solicitação de Mediação e verificada a existência de Cláusula Compromissória de Mediação ou de outro documento que convençione a tentativa de mediação entre as partes, será designada data, horário e local para o início do procedimento de mediação, que deverá acontecer não antes de 15 dias da solicitação, nem depois de 45 dias, salvo disposições diversas estabelecidas na Convenção de Mediação, emitindo o Convite/Notificação a outra parte, que será encaminhado com Aviso de Recebimento, com a advertência de existir a Convenção de Mediação e as

consequências legais e contratuais eventualmente existentes acerca do não comparecimento à reunião inicial.

Parágrafo único. O procedimento de mediação apenas se inicia com a assinatura do Termo Inicial de Mediação, o que somente poderá ocorrer após a confirmação do pagamento pela CAMACAN LATAM, dos boletos referentes à taxa de administração e à verba honorária.

CAPÍTULO III -DA ESCOLHA DO MEDIADOR

Art. 7º A escolha do Mediador se dá pelo método colaborativo, onde as partes podem:

- a) renunciar ao direito de escolha, viabilizando a escolha exclusiva da outra parte;
- b) delegarem à CAMACAN LATAM para a designação do Mediador;
- c) participarem da escolha do Mediador, mediante a elaboração de uma lista, inicialmente realizada pela parte solicitante da Mediação, que selecionará nomes de Mediadores, pressupondo que aceitará que a Mediação seja conduzida por qualquer uma das pessoas ali relacionadas.

§ 1º A Lista de Mediadores conterá pessoas qualificadas para a realização da Mediação, com a síntese de suas qualificações e experiências anteriores.

§ 2º A opção manifestada pela parte solicitante quanto à eventual renúncia, delegação ou participação na escolha será informada no Convite/Notificação enviada a outra parte, com os esclarecimentos do método colaborativo de escolha e a sinalização que a escolha de qualquer daquelas pessoas indicadas na lista, salvo recusa deste ou impossibilidade superveniente, será o Mediador que conduzirá o procedimento de Mediação.

§ 3º Será advertido ainda no respectivo Convite/Notificação que a manifestação da escolha do Mediador deverá ser feita por comunicação expressa até 5 dias antes da data da reunião inicial designada. E, também, que o silêncio implicará na aceitação tácita do primeiro nome constante da lista indicada, ou do nome indicado pela CAMACAN LATAM.

§ 4º Será advertido também no respectivo Convite/Notificação que caso a parte convidada entenda que dos nomes integrantes na lista, tenha motivo para arguir o impedimento ou a suspeição de ao menos dois deles, deverá na antecedência de pelos menos 5 dias da reunião designada, manifestar essa objeção, indicando os nomes contra os quais entende haver restrição, com a síntese de suas justificativas, e escolhendo os Mediadores que constará do site da instituição, outros nomes para substituir aqueles apontados, reformulando a lista, e ficando ciente que nesta hipótese a escolha final será da parte solicitante da Mediação que será notificada para esse fim, e cujo silêncio implicará na aceitação tácita do primeiro nome da nova lista.

§ 5º Caso haja impossibilidade, por qualquer razão, do Mediador escolhido de aceitar a missão, as partes poderão por consenso escolher um novo Mediador, constante ou não da Lista de Mediadores. Na ausência de consenso, caberá ao Diretor Técnico da CAMACAN LATAM a designação de outro Mediador, que só poderá ser recusado pelas partes, se existente motivo de impedimento ou suspeição.

Art. 8º As partes podem, de comum acordo, escolher o mediador não cadastrado na CAMACAN LATAM. Parágrafo único: na hipótese do caput, deverá o profissional celebrar o contrato de parceria com a CAMACAN LATAM e observar o Código de ética dos mediadores.

Art. 9º O Mediador único escolhido poderá recomendar a co-mediação, sempre que julgar benéfica ao propósito da Mediação, desde já sugerindo o nome do co-mediador, mas a decisão de acolhimento dessa proposta, inclusive do nome proposto, dependerá de aceitação consensual das partes.

§ 1º O valor da verba honorária da Mediação da CAMACAN LATAM, corresponde ao pagamento de um único mediador. No caso de co-mediação a verba honorária deverá ser paga a cada mediador participante do procedimento.

§ 2º As regras deste Regulamento referentes ao mediador aplicam-se igualmente ao co-mediador.

§ 3º A pessoa designada como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito.

Art. 10 O mediador deverá assinar Termo de Aceitação e Declaração de Independência antes de iniciar suas atividades.

Parágrafo único. O mediador fica impedido, pelo prazo de 1 ano, a contar do término do procedimento de mediação, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes

CAPÍTULO IV - DA ATUAÇÃO DO MEDIADOR

Art. 11 As reuniões de Mediação serão realizadas preferencialmente em conjunto com as partes presencialmente ou remotamente em plataformas de videoconferência de terceiros, sujeitas aos seus respectivos termos e condições, que devem ser analisados e assentidos previamente pelos participantes.

§ 1º Entendendo relevante e contando com a concordância das partes, o Mediador poderá reunir-se separadamente com cada uma delas, respeitado o disposto no Código de Ética dos Mediadores CAMACAN LATAM, quanto à igualdade de oportunidades e quanto ao sigilo nessa circunstância.

§ 2º Na reunião com a parte, em separado, o advogado, ou defensor público, da respectiva parte, também será convidado a participar.

Art. 12 O Mediador poderá conduzir os procedimentos da maneira que considerar apropriada, levando em conta as circunstâncias, o estabelecido na negociação com as partes e a própria celeridade do processo.

Art. 13 O Mediador cuidará para que haja equilíbrio de participação, informação e poder decisório entre as partes.

Art. 14 Salvo se as partes dispuserem em contrário, ou a lei restringir, o Mediador poderá:

- I. aumentar ou diminuir qualquer prazo;
- II. indagar o que entender necessário para o bom desenvolvimento do Procedimento;
- III. solicitar às partes que deixem à sua disposição tudo o que precisar para sua própria inspeção ou de qualquer perito, bem como a apresentação de documento ou classe de documentos que se encontrem em sua posse, custódia ou poder de disposição, desde que entenda relevante para sua análise, ou por qualquer das partes;
- IV. solicitar às partes que procurem toda informação técnica e legal necessária para a tomada de decisões.

CAPÍTULO V - DOS IMPEDIMENTOS E SIGILOS

Art. 15 Aplicam-se ao Mediador as mesmas regras de impedimento e suspeição aplicáveis ao Juiz de Direito, na forma da lei processual civil.

Art. 16 O Mediador ficará impedido de atuar ou estar diretamente envolvido em procedimentos subsequentes à Mediação, tais como na Arbitragem ou no Processo Judicial, quanto ao objeto da presente Mediação.

Art. 17 As informações da Mediação são confidenciais e privilegiadas. O Mediador, qualquer das partes, ou outra pessoa que atue na Mediação, não poderão revelar a terceiros ou serem chamados ou compelidos, inclusive em posterior Arbitragem ou Processo Judicial, a revelar fatos, propostas e quaisquer outras informações obtidas durante a Mediação, salvo as exceções previstas em lei.

Art. 18 Os documentos apresentados durante a Mediação deverão ser devolvidos às partes, após análise. Os demais deverão ser destruídos ou arquivados conforme o convencionado.

Art. 19 Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

CAPÍTULO VI - DAS RESPONSABILIDADES DO MEDIADOR

Art. 20 O Mediador não pode ser responsabilizado por qualquer das partes por ato ou omissão relacionada com a Mediação conduzida de acordo com as normas éticas e com as regras ajustadas com as partes.

CAPÍTULO VII - DA REUNIÃO DE MEDIAÇÃO

Art. 21 Considera-se instituída a mediação na data para a qual for marcada a reunião inicial.

Parágrafo único. Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.

Art. 22 Iniciada a mediação, as reuniões posteriores, presencialmente ou remotamente, das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 23 O mediador escolhido conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e facilitando a resolução de conflitos.

Art. 24 As partes poderão ser representadas por pessoa portadora de procuração, com firma devidamente reconhecida, a quem sejam outorgados poderes de decisão.

Art. 25 No início da primeira reunião de mediação, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Parágrafo único. Os advogados, defensores públicos ou assistentes que estiverem acompanhando as partes deverão assinar Termo de Confidencialidade.

Art. 26 Comparecendo apenas uma das partes acompanhada de advogado, o mediador suspenderá o procedimento, de forma a viabilizar a assistência jurídica de todos os participantes.

Parágrafo único. No caso de recusa da parte desacompanhada em regularizar sua orientação jurídica, manifestando interesse em prosseguir no procedimento sem a presença de advogado ou defensor público, essa informação deverá constar expressamente na ata da sessão de mediação.

Art. 27 O mediador poderá ouvir as partes, uma ou mais vezes, em conjunto ou separadamente, bem como solicitar a apresentação de esclarecimentos ou documentos adicionais.

Art. 28 O mediador cuidará para que haja equilíbrio de participação, informação e poder decisório entre as partes.

Art. 29 Não sendo possível o acordo, o mediador deverá lavrar termo encerrando a mediação, fazendo constar a opção das partes por não continuar na mediação, ou de submeter o conflito à arbitragem, quando for o caso.

§ 1º Entende-se que o acordo não é possível quando as partes assim se manifestarem, ou por decisão do mediador.

§ 2º O Termo de Compromisso Arbitral poderá ser lavrado e assinado pelas partes durante a reunião de mediação.

Art. 30 Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial, salvo se a partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido por meio de mediação.

Parágrafo único. O dever de confidencialidade aplica-se a todos que participaram do procedimento de mediação.

Art. 31 Quando qualquer das partes manifestar não concordar em participar da Mediação, será emitida Certidão pela CAMACAN LATAM que será disponibilizada a outra parte, para os fins a que se destina.

CAPÍTULO VIII - DA MEDIAÇÃO VIRTUAL

Art. 32 No procedimento de mediação virtual, todas as reuniões serão realizadas de maneira remota incluindo:

- I. as reuniões prévias de que tratada no Art. 5º do Regulamento de Mediação CAMACAN LATAM;
- II. as reuniões conjuntas e individuais do mediador com os participantes, previstas no Art. 11 do Regulamento de Mediação CAMACAN LATAM.

Art. 33 Os Participantes das reuniões de Mediação virtual devem contar com aparato técnico mínimo que permita a realização dos trabalhos sem intercorrências e de maneira satisfatória, como garantia da plena e equânime comunicação entre as partes.

Art. 34 Para realização das reuniões de Mediação virtual, a CAMCACAN LATAM fornece a utilização de plataformas de terceiros, sujeitas aos seus respectivos termos e condições, que devem ser analisados e assentidos previamente pelos participantes.

§ 1º A CAMACAN LATAM não se responsabiliza pelo uso, pela segurança ou pela disponibilidade dessas plataformas.

§ 2º Caso a utilização de outra plataforma seja consensualmente requerida pelas partes, a CAMACAN LATAM deverá ser informada previamente e em tempo hábil para que a plataforma desejada seja analisada, aprovada e homologada.

Art. 35 Escolhida a plataforma virtual, a CAMACAN LATAM solicitará às Partes que informem os nomes completos dos Participantes e os endereços eletrônicos que devem receber o link de acesso, a fim de que sejam enviados os convites para a realização da reunião de Mediação virtual.

§ 1º É de responsabilidade dos patronos das partes informar à CAMACAN LATAM os endereços eletrônicos de todos os participantes, a fim de que lhes sejam

encaminhadas as informações relativas à reunião de Mediação virtual. Também é de responsabilidade dos patronos informar antecipadamente à CAMACAN LATAM e ao Mediador sobre outros participantes e eventuais terceiros que estarão fisicamente no mesmo local que outro participante.

§ 2º A CAMACAN LATAM encaminhará ao Mediador a lista das pessoas que participarão da reunião de Mediação virtual, devidamente acompanhada dos endereços eletrônicos.

Art. 36 No dia designado para a realização da reunião de Mediação virtual, todos os participantes devem acessar a plataforma pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para o início dos trabalhos, para último teste de funcionamento de equipamentos e verificação de demais questões de ordem técnica.

§ 1º No início da reunião, sugere-se que o Mediador, de posse da lista de participantes, confirme a presença de todos (as), e que, em sua declaração de abertura, esclareça aos participantes acerca da dinâmica da sessão virtual e estabeleça algumas regras básicas e se coloque à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dificuldades em manejar a plataforma.

§ 2º os Participantes não poderão gravar as sessões de mediação por quaisquer meios, incluído áudio, vídeo ou digital;

§ 3º os Participantes deverão, no início de cada sessão virtual, identificar o nome de todas as pessoas que participarão da reunião, assegurando que terceiros não identificados não tenham acesso ao conteúdo da reunião (visual ou por escuta);

§ 4º os participantes deverão se comprometer a não acessar sessão privada da outra parte e a não utilizar documento ou prova, cujo acesso não tenha sido autorizado. Qualquer intercorrência nesse sentido deverá, em nome da boa-fé, ser avisada ao Mediador tão logo ocorra.

§ 5º os Participantes se comprometem a acessar a plataforma em local reservado, livre de ruídos externos e pessoas alheias à Mediação, evitando locais públicos.

§ 6º A qualquer momento no curso da reunião de Mediação virtual, o Mediador, por deliberação própria ou a pedido dos patronos das partes, poderá solicitar aos participantes que exibam o ambiente físico em que se encontram (rotação 360º) a fim de que se possa verificar e confirmar as pessoas presentes no local.

§ 7º Eventuais apresentações de slides e/ou os documentos a serem visualizados no curso da reunião de Mediação virtual devem ser exibidos pela parte interessada por meio do recurso de compartilhamento de telas disponível na plataforma.

§ 8º Para melhor clareza nas comunicações, cada interlocutor deve aguardar o término da fala de seu antecessor.

§ 9º Para as reuniões individuais, a CAMACAN LATAM, na qualidade de organizadora do evento (host), ficará responsável por dar acesso à sala individual de reunião de Mediação virtual, enviando os respectivos links àqueles que devem

acessá-las. Da mesma forma, a CAMACAN LATAM promoverá a saída dos Participantes da sala individual de reunião de Mediação virtual, a seu término.

§ 10º Caso haja qualquer tipo de intercorrência técnica ou de outra natureza, o Mediador poderá suspender a reunião de Mediação virtual, estabelecendo de comum acordo entre os Participantes a sua retomada no mesmo dia ou em nova data.

CAPÍTULO IX - DAS CUSTAS E HONORÁRIOS

Art. 37 Os custos, assim consideradas as taxas de registro e administração e os honorários dos Mediadores, serão rateados entre as partes, salvo disposição em contrário.

Art. 38 As taxas de registro e de administração, assim como os honorários dos mediadores devem ser solicitadas através de contato via e-mail direcionado ao endereço **contato@camacanlatam.com**. Consideram-se, ainda, os valores vigentes à época da assinatura do Termo Inicial de Mediação.

§ 1º Quaisquer outras despesas necessárias para o bom desenvolvimento da mediação serão arcadas pela parte requerente do ato, ou dividida entre as partes, quando solicitada pelo mediador, e deverão ser pagas antecipadamente à realização da medida solicitada.

§ 2º Recaindo a escolha em mediador residente fora da cidade do Rio de Janeiro - RJ, as partes deverão arcar com as custas correspondentes ao seu deslocamento e eventual hospedagem.

Art. 39 O procedimento de mediação da CAMACAN LATAM é composto por duas sessões de até duas horas. Havendo a necessidade de mais sessões para a resolução do conflito, deverá o presidente da CAMACAN LATAM disponibilizar as custas extras.

§ 1º As partes deverão comprovar antecipadamente à sessão de mediação, o pagamento da taxa de administração e da verba honorária respectiva.

§ 2º O não pagamento dos custos interrompe o procedimento de mediação, o que, se perdurar por mais de 30 (trinta) dias úteis, implicará o seu encerramento.

CAPÍTULO X - DA CELEBRAÇÃO DE ACORDO E ENCERRAMENTO DA MEDIAÇÃO

Art. 40 Os acordos constituídos na mediação podem ser totais ou parciais. Caso alguns itens da pauta de mediação não tenham logrado acordo, o mediador poderá esclarecer as partes sobre outros meios extrajudiciais ou judiciais para a sua resolução.

Art. 41 Em consonância com o desejo das partes, os acordos obtidos na mediação podem ser informais ou serem reduzidos a termo para constituírem títulos executivos

extrajudiciais, incorporando a assinatura de duas testemunhas, preferencialmente os advogados das partes ou outra(s) por elas indicadas.

Art. 42 Os acordos formais firmados perante o Mediador têm plena validade jurídica e não necessitam ser homologados judicialmente para que tenham força de Título Executivo Extrajudicial, contudo, caso as partes assim o queiram, podem levar o acordo a homologação judicial.

Parágrafo único. O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.



MEDIATION REGULATION

PREAMBLE

As Mediation involves psychological, emotional, relational, business, legal, sociological aspects, among others, the Mediation procedure established here may, when necessary, in order to maximize more effective results, using specialized professionals in the different areas that involve the controversy, allowing an interdisciplinary solution through the complementarity of knowledge.

In this regulation, in some cases, co-mediation is allowed, which is the process carried out by two (or more mediators) and which allows collaborative action by mediators, parties to conflicts and their lawyers, to maximize the prospect of a consensual solution and expand Mediation's quality control.

This regulation allows both the provocation of the Extrajudicial Mediation procedure as a result of the Mediation Commitment Clause, provided for in a contract signed by the interested parties, as well as the attempt resulting from the unilateral provocation of one of the parties, when there is no previous Convention, making a difference however in the technical configuration of the acts of communication and in the care to collect the conscious and unequivocal manifestation of being a voluntary procedure.

CHAPTER I

GENERAL PROVISIONS

Art. 1 The parties that decide to submit to a Mediation procedure before the Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana – CAMACAN LATAM - CAMACAN LATAM, registered with CNPJ under nº. 40.176.055 / 0001-71 with headquarters in Rio de Janeiro / RJ, accept and are bound by the present Regulation.

§ 1º The conflict that deals with available rights or with unavailable rights that admit a transaction may be the object of mediation in this Mediation Chamber.

§ 2º Mediation can deal with all or part of the conflict.

Art. 2 The mediation provided for in this regulation will be guided by the following principles:

- I. impartiality of the mediator;
- II. equality between the parties;
- III. orality;
- IV. informality;
- V. autonomy of the parties' will;
- VI. Consensus search;

VII. confidentiality;

VII. good faith.

§1° In the event of a contractual provision for a mediation clause, the parties must attend the first mediation meeting, under the penalties provided for in the contract or, in the absence of a contractual provision, those defined in Law 13.140 / 2015.

§2° No one will be forced to remain in the mediation procedure.

§3° It will be up to the parties to deliberate on gaps in the present regulation, being able to delegate this task to the CAMACAN LATAM Mediator or to the Board of Directors, if they so wish.

Art. 3 The parties must participate in the process personally or remotely. In the proven impossibility of doing so, they may be represented by another person with a power of attorney who grants special powers to waive rights, compromise and sign agreements.

§1° The parties may be accompanied by lawyers or public defenders. The parties can also be assisted by other technical advisors and by people they trust or choose, provided that these presences are agreed between the parties and considered by the Mediator, useful and pertinent to the necessary balance of the process.

§2° When one of the parties appears accompanied by a lawyer or public defender and the other party without the respective assistance, the mediator will suspend the procedure, until all are duly assisted.

CHAPTER II

INITIAL MEDIATION REQUEST

Art. 4 Any capable person involved in a conflict of law available or negotiable, upon payment of the respective fees and fees, may request in writing the performance of this institution in an attempt to proceed with mediation, pointing out the existence or not of a Convention of Mediation between the parties, indicating the object of the dispute and all the data necessary for the necessary communications.

§1° The interested party must file the Mediation request via its own form, available on the CAMACAN LATAM website;

§2° The Mediation request must include:

I - name, contact email, address and qualification of the parties;

II - name, contact email, address and qualification of the parties' lawyers, accompanied by the respective power of attorney;

III - copy of the social contract and document that confers the powers of representation of the legal entity;

IV - the object of the controversy, with a brief explanation of the reasons that support the claim;

V - full copy of the document containing the mediation clause, if any;

VI - estimate of the amount attributed by the claimant to the litigation.

§3° The documents essential for the understanding of the conflict must accompany the initial application.

Art. 5 If the Mediation request is in conformity with this Regulation and there is no provision for a mediation clause in a contract or other document, CAMACAN LATAM, after opening a procedure in its system, will contact the invited party informing about the request for mediation. Mediation and calling her to participate in the pre-mediation meeting, already scheduled. Accompanying the invitation are the links to access the Mediation Regulation, the Table of Costs and Fees of the Mediator.

§1° The invitation to participate in the pre-mediation meeting must be accepted within 10 (ten) business days after the respective receipt by the invited party. Failure to reply within the indicated deadline will imply tacit refusal and will be communicated to the requesting party.

§2° If the invited party is not found at the address provided by the requesting party, it must be informed so that it can provide a new address within 10 (ten) working days. Once this period has passed without a new address or other form of contact being provided, the procedure will be archived.

§3° The express refusal of the invited party regarding the mediation invitation will be communicated to the requesting party and will imply the archiving of the procedure.

§4° The pre-mediation meeting will be individual, except when the parties request it to be held jointly, and may be held at CAMACAN LATAM headquarters or by videoconference.

§5° The pre-mediation meeting is for information purposes only and its occurrence does not matter at the beginning of the Mediation procedure. The purpose of the prior meeting is to explain the role of the facilitators and mediators of CAMACAN LATAM, to clarify about techniques and stages of mediation, in addition to the costs, responsibility and expected posture of the parties and their lawyers.

§6° The initial Mediation term can be signed in the Pre-Mediation.

Art. 6 The Mediation request has been carried out and the existence of a Mediation Commitment Clause or other document that convinces the attempted mediation between the parties has been verified, the date, time and place for the beginning of the mediation procedure will be designated, which should not happen. before 15 days of the request, nor after 45 days, except for several provisions established in the Mediation Convention, issuing the Invitation / Notification to another party, which will be forwarded with Notice of Receipt, with the warning of the existence of the Mediation

Convention and the legal and contractual consequences that may exist about not attending the initial meeting.

Single paragraph. The mediation procedure only begins with the signing of the Initial Mediation Term, which can only occur after confirmation of payment by CAMACAN LATAM, the slips referring to the administration fee and the honorary amount.

CHAPTER III

CHOICE OF THE MEDIATOR

Art. 7 The Mediator is chosen by the collaborative method, where the parties can:

- a) waive the right of choice, making the other party's exclusive choice feasible;
- b) delegate to CAMACAN LATAM to appoint the Mediator;
- c) participate in the choice of the Mediator, through the elaboration of a list, initially made by the party requesting the Mediation, which will select the names of Mediators, assuming that it will accept that the Mediation be conducted by any of the persons listed there.

§1° The List of Mediators will contain persons qualified to carry out the Mediation, with a summary of their qualifications and previous experiences.

§2° The option expressed by the requesting party as to the possible waiver, delegation or participation in the choice will be informed in the Invitation / Notification sent to another party, with the clarifications of the collaborative method of choice and the signaling that the choice of any of those persons indicated in the list, unless it is refused or supervening impossibility, it will be the Mediator who will conduct the Mediation procedure.

§3° It will also be warned in the respective Invitation / Notification that the manifestation of the choice of the Mediator must be made by express communication up to 5 days before the date of the designated initial meeting. And also, that silence will imply the tacit acceptance of the first name on the list indicated, or the name indicated by CAMACAN LATAM.

§4° It will also be warned in the respective Invitation / Notification that if the invited party understands that of the names on the list, it has reason to argue the impediment or suspicion of at least two of them, it must manifest at least 5 days before the designated meeting, manifest this objection, indicating the names against which it believes there is restriction, with the summary of its justifications, and choosing the Mediators that will appear on the institution's website, other names to replace those mentioned, reformulating the list, and being aware that in this case the choice The final request will be made by the requesting party to the Mediation that will be notified for this purpose, and whose silence will imply the tacit acceptance of the first name of the new list.

§5° If it is impossible, for any reason, for the chosen Mediator to accept the mission, the parties may by consensus choose a new Mediator, included or not in the List of Mediators. In the absence of consensus, the Technical Director of CAMACAN LATAM will be responsible for appointing another Mediator, who may only be refused by the parties, if there is a reason for impediment or suspicion.

Art. 8 The parties may, by mutual agreement, choose the mediator not registered with CAMACAN LATAM. Sole paragraph: in the event of the caput, the professional must conclude the partnership agreement with CAMACAN LATAM and observe the Code of Ethics for Mediators.

Art. 9 The chosen single Mediator may recommend co-mediation, whenever he deems beneficial to the purpose of Mediation, already suggesting the name of the co-mediator, but the decision to accept this proposal, including the proposed name, will depend on consensual acceptance. of the parties.

§1° The amount of the honorary amount for the CAMACAN LATAM Mediation corresponds to the payment of a single mediator. In the case of co-mediation, the fee must be paid to each mediator participating in the procedure.

§2° The rules of this Regulation referring to the mediator also apply to the co-mediator.

§3° The person designated as mediator has the duty to reveal to the parties, before accepting the function, any fact or circumstance that may give rise to justified doubt regarding their impartiality to mediate the conflict.

Art. 10 The mediator must sign the Term of Acceptance and Declaration of Independence before starting his activities.

Single paragraph. The mediator is prevented, for a period of 1 year, from the end of the mediation procedure, from advising, representing or sponsoring any of the parties.

CHAPTER IV

PERFORMANCE OF THE MEDIATOR

Art. 11 Mediation meetings will preferably be held together with the parties in person or remotely on third party video conferencing platforms, subject to their respective terms and conditions, which must be previously analyzed and agreed by the participants.

§1° Understanding relevant and counting on the agreement of the parties, the Mediator may meet separately with each one of them, respecting the provisions of the CAMACAN LATAM Mediators Code of Ethics, regarding equal opportunities and confidentiality in this circumstance.

§2° In the meeting with the party, separately, the lawyer, or public defender, of the respective party, will also be invited to participate.

Art. 12 The Mediator may conduct the procedures as he deems appropriate, taking into account the circumstances, what is established in the negotiation with the parties and the speed of the process itself.

Art. 13 The Mediator will ensure that there is a balance of participation, information and decision-making power between the parties.

Art. 14 Unless the parties provide otherwise, or the law restricts, the Mediator may:

- I. increase or decrease any term;
- II. inquire what you consider necessary for the proper development of the Procedure;
- III. ask the parties to make available to them everything they need for their own inspection or that of any expert, as well as the presentation of a document or class of documents that are in their possession, custody or disposition power, as long as they consider relevant to their analysis, or by any of the parties;
- IV. request the parties to seek all technical and legal information necessary for decision making.

CHAPTER V

IMPEDIMENTS AND CONFIDENTIALITY

Art. 15 The same rules of impediment and suspicion apply to the Judge, as provided for in the civil procedural law, to the Mediator.

Art. 16 The Mediator will be prevented from acting or being directly involved in procedures subsequent to Mediation, such as in Arbitration or in the Judicial Process, regarding the object of this Mediation.

Art. 17 Mediation information is confidential and privileged. The Mediator, any of the parties, or any other person acting in the Mediation, may not reveal to third parties or be called or compelled, including in a subsequent Arbitration or Legal Process, to reveal facts, proposals and any other information obtained during the Mediation, except as exceptions provided for by law.

Art. 18 The documents presented during the Mediation must be returned to the parties, after analysis. The others must be destroyed or filed as agreed.

Art. 19 The information provided by a party in a private session will be confidential, and the mediator may not reveal it to the others, unless expressly authorized.

CHAPTER VI

RESPONSIBILITIES OF THE MEDIATOR

Art. 20 The Mediator cannot be held responsible by any of the parties for an act or omission related to the Mediation conducted in accordance with ethical standards and the rules agreed with the parties.

CHAPTER VII

MEDIATION MEETING

Art. 21 Mediation is considered to have been instituted on the date for which the initial meeting is scheduled.

Single paragraph. As long as the mediation procedure is in progress, the statute of limitations will be suspended.

Art. 22 Once mediation has started, subsequent meetings, in person or remotely, of the parties may only be scheduled with your consent.

Art. 23 The chosen mediator will conduct the communication procedure between the parties, seeking understanding and facilitating conflict resolution.

Art. 24 The parties may be represented by a person with power of attorney, with a duly recognized signature, to whom decision-making powers are granted.

Art. 25 At the beginning of the first mediation meeting, the mediator must alert the parties to the confidentiality rules applicable to the procedure.

Single paragraph. Lawyers, public defenders or assistants accompanying the parties must sign a Confidentiality Agreement.

Art. 26 When only one of the parties appears accompanied by a lawyer, the mediator will suspend the procedure, in order to provide legal assistance to all participants.

Single paragraph. In the event of a refusal by the unaccompanied party to regularize its legal guidance, expressing an interest in continuing the procedure without the presence of a lawyer or public defender, this information must be expressly included in the minutes of the mediation session.

Art. 27 The mediator may hear the parties, one or more times, together or separately, as well as request the presentation of clarifications or additional documents.

Art. 28 The mediator will ensure that there is a balance of participation, information and decision-making power between the parties.

Art. 29 If the agreement is not possible, the mediator must draw up the term ending the mediation, stating the option of the parties not to continue in the mediation, or to submit the conflict to arbitration, when applicable.

§1° It is understood that the agreement is not possible when the parties so manifest, or by the decision of the mediator.

§2° The Arbitral Commitment Term may be drawn up and signed by the parties during the mediation meeting.

Art. 30 Any and all information related to the mediation procedure will be confidential in relation to third parties, and cannot be revealed even in an arbitration or judicial process, unless the parties expressly decide otherwise or when its disclosure is required by law or necessary for the compliance with an agreement obtained through mediation.

Single paragraph. The duty of confidentiality applies to everyone who participated in the mediation procedure.

Art. 31 When either party expresses its disagreement to participate in the Mediation, a Certificate will be issued by CAMACAN LATAM and made available to the other party, for the purposes for which it is intended.

CHAPTER VIII

VIRTUAL MEDIATION

Art. 32 In the virtual mediation procedure, all meetings will be held remotely including:

§1° The previous meetings dealt with in Article 5 of the CAMACAN LATAM Mediation Regulation;

§2° The joint and individual meetings of the mediator with the participants, provided for in Art. 11 of the CAMACAN LATAM Mediation Regulation.

Art. 33 Participants in virtual Mediation meetings must have a minimum technical apparatus that allows the work to be carried out without complications and in a satisfactory manner, as a guarantee of full and equal communication between the parties.

Art. 34 In order to hold virtual Mediation meetings, CAMACAN LATAM provides the use of third party platforms, subject to their respective terms and conditions, which must be analyzed and agreed in advance by the participants.

§1° CAMACAN LATAM is not responsible for the use, security or availability of these platforms.

§2° If the use of another platform is consensually required by the parties, CAMACAN LATAM must be informed in advance and in a timely manner so that the desired platform is analyzed, approved and ratified.

Art. 35 Once the virtual platform has been chosen, CAMACAN LATAM will request the Parties to inform the full names of the Participants and the electronic addresses that

must receive the access link, in order to send the invitations to hold the virtual Mediation meeting.

§1° It is the responsibility of the patrons of the parties to inform CAMACAN LATAM of the electronic addresses of all the participants, so that information regarding the virtual Mediation meeting is sent to them. It is also the responsibility of the patrons to inform CAMACAN LATAM and the Mediator in advance about other participants and any third parties who will be physically in the same location as another participant.

§2° CAMACAN LATAM will forward to the Mediator the list of people who will participate in the virtual Mediation meeting, duly accompanied by electronic addresses.

Art. 36 On the day designated for the virtual Mediation meeting, all participants must access the platform at least 30 (thirty) minutes before the scheduled time for the beginning of the work, for the last test of equipment functioning and verification of other technical issues.

§1° At the beginning of the meeting, it is suggested that the Mediator, in possession of the list of participants, confirm the presence of all, and that, in his opening statement, clarify to the participants about the dynamics of the virtual session and establish some basic rules and make yourself available for clarification on any difficulties in handling the platform.

§2° Participants will not be able to record mediation sessions by any means, including audio, video or digital;

§3° the Participants must, at the beginning of each virtual session, identify the name of all the people who will participate in the meeting, ensuring that unidentified third parties do not have access to the content of the meeting (visual or by listening);

§4° the participants must undertake not to access the other party's private session and not to use a document or proof, whose access has not been authorized. Any complication in this regard should, in the name of good faith, be notified to the Mediator as soon as it occurs.

§5° Participants undertake to access the platform in a reserved place, free of external noise and people outside the Mediation, avoiding public places.

§6° At any time during the course of the virtual Mediation meeting, the Mediator, by his own deliberation or at the request of the parties' patrons, may ask the participants to show the physical environment in which they find themselves (360° rotation) in order to verify and confirm the people present at the site.

§7° Possible slide presentations and / or documents to be viewed during the course of the virtual Mediation meeting must be displayed by the interested party through the screen sharing feature available on the platform.

§8° For better clarity in communications, each interlocutor must wait for the speech of his predecessor to finish.

§9° For individual meetings, CAMACAN LATAM, as event organizer (host), will be responsible for giving access to the individual virtual Mediation meeting room, sending the respective links to those who must access them. Likewise, CAMACAN LATAM will promote the participants' departure from the individual virtual Mediation meeting room, at the end.

§10° If there is any type of technical or other complication, the Mediator may suspend the virtual Mediation meeting, establishing by mutual agreement between the Participants its resumption on the same day or on a new date.

CHAPTER IX

COSTS AND FEES

Art. 37 The costs, thus taking into account the registration and administration fees and the fees of the Mediators, will be apportioned between the parties, unless otherwise provided.

Art. 38 The registration and administration fees, as well as the mediators' fees, must be requested through contact via email addressed to contato@camacanlatam.com. The values in force at the time of signing the Initial Mediation Term are also considered.

§1° Any other expenses necessary for the proper development of the mediation will be borne by the party requesting the act, or divided between the parties, when requested by the mediator, and must be paid in advance to the realization of the requested measure.

§2° The choice being made by a mediator residing outside the city of Rio de Janeiro - RJ, the parties must bear the costs corresponding to their travel and eventual accommodation.

Art. 39 CAMACAN LATAM's mediation procedure consists of two sessions of up to two hours. If there is a need for more sessions to resolve the conflict, the president of CAMACAN LATAM should provide the extra costs.

§1° The parties must prove in advance of the mediation session, the payment of the administration fee and the respective honorary amount.

§2° Non-payment of costs interrupts the mediation procedure, which, if it lasts for more than 30 (thirty) working days, will imply its closure.

CHAPTER X

CELEBRATION OF AGREEMENT AND CLOSURE OF MEDIATION

Art. 40 Agreements made in mediation can be total or partial. If some items on the mediation agenda have not reached an agreement, the mediator may clarify the parties about other extrajudicial or judicial means for their resolution.

Art. 41 In accordance with the wishes of the parties, the agreements reached in mediation can be informal or be reduced to term to constitute extrajudicial executive titles, incorporating the signature of two witnesses, preferably the lawyers of the parties or others (s) indicated by them .

Art. 42 The formal agreements signed before the Mediator have full legal validity and do not need to be ratified in court in order to have the force of Extrajudicial Enforcement Order, however, if the parties so wish, they can take the agreement to judicial ratification.

Single paragraph. The final term of mediation, in the event of an agreement, constitutes an extrajudicial enforcement order and, when ratified in court, a judicial enforcement order.



REGLAMENTO DE MEDIACIÓN

PREÁMBULO

Dado que la Mediación involucra aspectos psicológicos, emocionales, relacionales, empresariales, legales, sociológicos, entre otros, el procedimiento de Mediación aquí establecido podrá, cuando sea necesario, con el fin de maximizar resultados más efectivos, utilizando profesionales especializados en las diferentes áreas que involucran la controversia, permitiendo una solución interdisciplinar a través de la complementariedad de conocimientos.

En este reglamento, en algunos casos, se permite la co-mediación, que es el proceso realizado por dos (o más mediadores) y que permite la acción colaborativa de los mediadores, las partes en conflicto y sus abogados, para maximizar la perspectiva de una solución consensuada. y ampliar el control de calidad de Mediación.

Este reglamento permite tanto la provocación del procedimiento de Mediación Extrajudicial como consecuencia de la Cláusula de Compromiso de Mediación, prevista en contrato suscrito por los interesados, como la tentativa resultante de la provocación unilateral de una de las partes, cuando se produzca ningún convenio anterior, marcando sin embargo una diferencia en la configuración técnica de los actos de comunicación y en el cuidado de recoger la manifestación consciente e inequívoca de ser un procedimiento voluntario.

CAPÍTULO I

PROVISIONES GENERALES

Art. 1 Las partes que decidan someterse a un procedimiento de Mediación ante la Câmara de Mediação e Arbitragem da Cannabis e Saúde Latino-Americana - CAMACAN LATAM - CAMACAN LATAM, registrada ante el CNPJ con el n°. 40.176.055 / 0001-71 con sede en Rio de Janeiro / RJ, aceptan y están sujetos al presente Reglamento.

§1º El conflicto que trate de derechos disponibles o de derechos indisponibles que admitan una transacción podrá ser objeto de mediación en esta Cámara de Mediación.

§2º La mediación puede abordar todo o parte del conflicto.

Art. 2 La mediación prevista en este reglamento se regirá por los siguientes principios:

- I. imparcialidad del mediador;
- II. igualdad entre las partes;

- III. oralidad;
- IV. informalidad;
- V. autonomía de la voluntad de las partes;
- VI. Búsqueda de consenso;
- VII. confidencialidad;
- VII. buena fe.

§1º En caso de previsión contractual de cláusula de mediación, las partes deberán asistir a la primera reunión de mediación, con las sanciones previstas en el contrato o, en defecto de previsión contractual, las definidas en la Ley 13.140 / 2015.

§2º Nadie estará obligado a permanecer en el procedimiento de mediación.

§3º Corresponderá a las partes deliberar sobre los vacíos del presente reglamento, pudiendo delegar esta tarea en el Mediador de CAMACAN LATAM o en la Junta Directiva, si así lo desean.

Art. 3 Las partes deben participar en el proceso de forma personal o remota. En la imposibilidad probada de hacerlo, podrán ser representados por otra persona con poder que otorgue poderes especiales para renunciar a derechos, transigir y firmar convenios.

§1º Las partes podrán estar acompañadas de abogados o defensores públicos. Las partes también pueden ser asistidas por otros asesores técnicos y por personas de su confianza o de su elección, siempre que estas presencias sean pactadas entre las partes y consideradas por el Mediador, útiles y pertinentes para el necesario equilibrio del proceso.

§2º Cuando una de las partes se presente acompañada de abogado o defensor público y la otra sin la asistencia respectiva, el mediador suspenderá el trámite, hasta que todos estén debidamente asistidos.

CAPÍTULO II

SOLICITUD DE MEDIACIÓN INICIAL

Art. 4 Toda persona capaz involucrada en un conflicto de leyes disponible o negociable, previo pago de las respectivas tasas y honorarios, podrá solicitar por escrito la actuación de esta institución en un intento de proceder con la mediación, señalando la existencia o no de una Convención de Mediación entre las partes, indicando el objeto de la controversia y todos los datos necesarios para las comunicaciones necesarias.

§1º El interesado deberá presentar la solicitud de Mediación a través de su propio formulario, disponible en el sitio web de CAMACAN LATAM;

§2º La solicitud de Mediación debe incluir:

- I - nombre, correo electrónico de contacto, dirección y calificación de las partes;
- II - nombre, correo electrónico de contacto, dirección y calificación de los abogados de las partes, acompañado del poder respectivo;
- III - copia del contrato social y documento que confiere los poderes de representación de la persona jurídica;
- IV - el objeto de la controversia, con una breve explicación de las razones que sustentan el reclamo;
- V - copia completa del documento que contiene la cláusula de mediación, si la hubiera;
- VI - estimación del monto atribuido por el demandante al litigio.

§3° Los documentos imprescindibles para la comprensión del conflicto deberán acompañar a la solicitud inicial.

Art. 5 Si la solicitud de Mediación está en conformidad con este Reglamento y no existe una cláusula de mediación en un contrato u otro documento, CAMACAN LATAM, luego de abrir un procedimiento en su sistema, se comunicará con el invitado informándole sobre la solicitud de mediación. Mediación y llamarla a participar en la reunión previa a la mediación, ya programada. Acompañando a la invitación se encuentran los enlaces para acceder al Reglamento de Mediación, la Tabla de Costes y Honorarios del Mediador.

§1° La invitación a participar en la reunión de pre-mediación deberá ser aceptada dentro de los 10 (diez) días hábiles siguientes a la respectiva recepción por parte del invitado. La falta de respuesta dentro del plazo indicado supondrá la denegación tácita y se comunicará al solicitante.

§2° Si el invitado no se encuentra en el domicilio proporcionado por el solicitante, se le deberá informar para que pueda proporcionar un nuevo domicilio dentro de los 10 (diez) días hábiles. Una vez transcurrido este período sin que se proporcione una nueva dirección u otra forma de contacto, se archivará el trámite.

§3° La negativa expresa del invitado respecto de la invitación a mediación será comunicada al solicitante e implicará el archivo del trámite.

§4° La reunión previa a la mediación será individual, salvo que las partes así lo soliciten en forma conjunta, pudiendo realizarse en la sede de CAMACAN LATAM o por videoconferencia.

§5° La reunión previa a la mediación tiene carácter meramente informativo y su ocurrencia no importa al inicio del procedimiento de Mediación. El propósito de la reunión previa es explicar el rol de los facilitadores y mediadores de CAMACAN LATAM, aclarar sobre técnicas y etapas de la mediación, además de los costos, responsabilidad y postura esperada de las partes y sus abogados.

§6° El plazo inicial de la Mediación podrá firmarse en la Premediación.

Art. 6 Se ha cumplido la solicitud de Mediación y se ha verificado la existencia de Cláusula Compromiso de Mediación u otro documento que convenza de que se ha comprobado el intento de mediación entre las partes, se designará la fecha, hora y lugar para el inicio del procedimiento de mediación, lo cual no debe ocurrir antes de los 15 días de la solicitud, ni después de los 45 días, salvo varias disposiciones establecidas en el Convenio de Mediación, emitiendo la Invitación / Notificación a otra parte, la cual será remitida con Aviso de Recibo, con la advertencia del existencia de la Convención de Mediación y las consecuencias legales y contractuales que pudieran existir por no asistir a la reunión inicial.

Párrafo unico. El trámite de mediación solo comienza con la firma del Plazo de Mediación Inicial, el cual solo puede ocurrir luego de la confirmación del pago por parte de CAMACAN LATAM, los comprobantes referidos a la tarifa de administración y el monto honorario.

CAPÍTULO III

ELECCIÓN DEL MEDIADOR

Art. 7 El Mediador es elegido por el método colaborativo, donde las partes pueden:

- a) renunciar al derecho de elección, haciendo factible la elección exclusiva de la otra parte;
- b) delegar en CAMACAN LATAM para nombrar al Mediador;
- c) participar en la elección del Mediador, mediante la elaboración de una lista, inicialmente realizada por el solicitante de la Mediación, que seleccionará los nombres de los Mediadores, asumiendo que aceptará que la Mediación sea realizada por alguna de las personas enumeradas allí.

§1º La Lista de Mediadores contendrá personas calificadas para realizar la Mediación, con un resumen de sus calificaciones y experiencias previas.

§2º La opción expresada por el solicitante en cuanto a la posible renuncia, delegación o participación en la elección será informada en la Invitación / Notificación remitida a otra parte, con las aclaraciones del método colaborativo de elección y la señalización de que la elección de Cualquiera de las personas indicadas en la lista, salvo esta negativa o imposibilidad sobreviniente, será el Mediador quien conducirá el procedimiento de Mediación.

§4º También se advertirá en la respectiva Invitación / Notificación que si el invitado entiende que de los nombres de la lista, tiene razón para alegar el impedimento o sospecha de al menos dos de ellos, debe hacerlo al menos 5 días antes la asamblea designada, manifestar esta objeción, indicando los nombres contra los cuales cree que existe restricción, con el resumen de sus justificaciones, y eligiendo los Mediadores que aparecerán en el sitio web de la institución, otros nombres en reemplazo de los mencionados, reformulando la lista, y siendo consciente de que en este caso la elección Final la hará el

solicitante de la Mediación que será notificado a tal efecto, y cuyo silencio implicará la aceptación tácita del primer nombre de la nueva lista.

§5º Si fuera imposible, por cualquier motivo, que el Mediador elegido acepte la misión, las partes podrán elegir por consenso un nuevo Mediador, esté o no incluido en la Lista de Mediadores. En ausencia de consenso, el Director Técnico de CAMACAN LATAM será el encargado de designar otro Mediador, quien solo podrá ser rechazado por las partes, si existe motivo de impedimento o sospecha.

Art. 9 El Mediador único elegido podrá recomendar la co-mediación, siempre que lo considere beneficioso para el propósito de la Mediación, sugiriendo ya el nombre del co-mediador, pero la decisión de aceptar esta propuesta, incluido el nombre propuesto, dependerá del consenso aceptación de las partes.

§1º El monto del monto honorario de la Mediación CAMACAN LATAM corresponde al pago de un solo mediador. En el caso de la co-mediación, la tasa debe pagarse a cada mediador que participe en el procedimiento.

§2º Las reglas de este Reglamento referentes al mediador también se aplican al co-mediador.

§3º La persona designada como mediador tiene el deber de revelar a las partes, antes de aceptar el cargo, cualquier hecho o circunstancia que pueda suscitar una duda justificada sobre su imparcialidad en la mediación del conflicto.

Art. 10 El mediador deberá firmar el Término de Aceptación y Declaración de Independencia antes de iniciar sus actividades.

Párrafo único. El mediador está impedido, por un período de 1 año, desde la finalización del procedimiento de mediación, de asesorar, representar o patrocinar a cualquiera de las partes.

CAPÍTULO IV

ACTUACIÓN DEL MEDIADOR

Art. 11 Las reuniones de mediación se realizarán preferentemente junto con las partes de manera presencial o remota en plataformas de videoconferencia de terceros, sujeto a sus respectivos términos y condiciones, los cuales deberán ser previamente analizados y acordados por los participantes.

§1º Entendiendo la relevancia y pertinente y contando con el acuerdo de las partes, el Mediador podrá reunirse separadamente con cada una de ellas, respetando lo dispuesto en el Código Ético de Mediadores de CAMACAN LATAM, en cuanto a igualdad de oportunidades y confidencialidad en esta circunstancia.

§2º En la reunión con la parte, por separado, también se invitará a participar al abogado o defensor público de la parte respectiva.

Art. 12 El Mediador podrá realizar los trámites que estime oportunos, teniendo en cuenta las circunstancias, lo establecido en la negociación con las partes y la celeridad del proceso mismo.

Art. 13 El Mediador velará por que exista un equilibrio de participación, información y poder de decisión entre las partes.

Art. 14 Salvo que las partes dispongan lo contrario o la ley lo restrinja, el Mediador podrá:

- I. aumentar o disminuir cualquier término;
- II. indagar lo que considere necesario para el adecuado desarrollo del Procedimiento;
- III. Solicitar a las partes que pongan a su disposición todo lo necesario para su propia inspección o la de cualquier perito, así como la presentación de un documento o clase de documentos que se encuentren en su poder, custodia o disposición, siempre que lo consideren pertinente. a su análisis, o por alguna de las partes;
- IV. Solicitar a las partes que busquen toda la información técnica y legal necesaria para la toma de decisiones.

CAPÍTULO V

IMPEDIMENTOS Y CONFIDENCIALIDAD

Art. 15 Las mismas reglas de impedimento y sospecha se aplican al Juez, previstas en la ley procesal civil, al Mediador.

Art. 16 Se impedirá al Mediador actuar o estar directamente involucrado en procedimientos posteriores a la Mediación, como en el Arbitraje o en el Proceso Judicial, en relación con el objeto de esta Mediación.

Art. 17 La información de la mediación es confidencial y privilegiada. El Mediador, cualquiera de las partes, o cualquier otra persona que actúe en la Mediación, no podrá revelar a terceros ni ser llamado u obligado, incluso en un Arbitraje o Proceso Legal posterior, a revelar hechos, propuestas y cualquier otra información obtenida durante el Mediación, salvo excepciones previstas por la ley.

Art. 18 Los documentos presentados durante la Mediación deberán ser devueltos a las partes, previo análisis. Los demás deben destruirse o archivarse según lo acordado.

Art. 19 La información que facilite una parte en sesión privada tendrá carácter confidencial y el mediador no podrá revelarla a los demás, salvo autorización expresa.

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADES DEL MEDIADOR

Art. 20 El Mediador no puede ser considerado responsable por ninguna de las partes por un acto u omisión relacionado con la Mediación realizada de acuerdo con los estándares éticos y las reglas acordadas con las partes.

CAPÍTULO VII

ENCUENTRO DE MEDIACIÓN

Art. 21 La mediación se considera instituida en la fecha para la que está prevista la reunión inicial.

Párrafo único. Mientras el procedimiento de mediación esté en curso, se suspenderá el plazo de prescripción.

Art. 22 Una vez iniciada la mediación, las reuniones posteriores, presenciales o a distancia, de las partes sólo podrán programarse con su consentimiento.

Art. 23 El mediador elegido conducirá el procedimiento de comunicación entre las partes, buscando el entendimiento y facilitando la resolución de conflictos.

Art. 24 Las partes podrán estar representadas por una persona con poder, con firma debidamente reconocida, a quien se le otorgue poder de decisión.

Art. 25 Al inicio de la primera reunión de mediación, el mediador debe alertar a las partes sobre las reglas de confidencialidad aplicables al procedimiento.

Párrafo único. Los abogados, defensores públicos o asistentes que acompañen a las partes deberán firmar un Acuerdo de Confidencialidad.

Art. 26 Cuando solo una de las partes se presente acompañada de un abogado, el mediador suspenderá el procedimiento, a fin de brindar asistencia legal a todos los participantes.

Párrafo único. En caso de negativa del no acompañado a regularizar su orientación jurídica, manifestando interés en continuar el procedimiento sin la presencia de abogado o defensor público, esta información deberá ser incluida expresamente en el acta de la sesión de mediación.

Art. 27 El mediador podrá escuchar a las partes, una o más veces, juntas o separadamente, así como solicitar la presentación de aclaraciones o documentos adicionales.

Art. 28 El mediador velará por que exista un equilibrio de participación, información y poder de decisión entre las partes.

Art. 29 De no ser posible el acuerdo, el mediador redactará el término dando por terminada la mediación, indicando la opción de las partes de no continuar en la mediación o someter el conflicto a arbitraje, según sea el caso.

§1º Se entiende que el acuerdo no es posible cuando las partes así lo manifiestan, o por decisión del mediador.

§2º El Término de Compromiso Arbitral podrá ser redactado y firmado por las partes durante la reunión de mediación.

Art. 30 Toda la información relacionada con el procedimiento de mediación será confidencial frente a terceros, y no podrá ser revelada ni siquiera en un proceso arbitral o judicial, salvo que las partes decidan expresamente lo contrario o cuando su revelación sea requerida por ley o necesaria para el cumplimiento de un acuerdo obtenido mediante mediación.

Párrafo único. El deber de confidencialidad se aplica a todas las personas que participaron en el procedimiento de mediación.

Art. 31 Cuando alguna de las partes manifiesta su disconformidad para participar en la Mediación, CAMACAN LATAM emitirá un Certificado que pondrá a disposición de la otra parte, para los fines a los que se destina.

CAPÍTULO VIII

MEDIACIÓN VIRTUAL

Art. 32 En el procedimiento de mediación virtual, todas las reuniones se llevarán a cabo de forma remota, incluyendo:

§1º Las reuniones anteriores tratadas en el artículo 5 del Reglamento de Mediación de CAMACAN LATAM;

§2º Las reuniones conjuntas e individuales del mediador con los participantes, previstas en el art. 11 del Reglamento de Mediación CAMACAN LATAM.

Art. 33 Los participantes en las reuniones virtuales de Mediación deben contar con un aparato técnico mínimo que permita realizar el trabajo sin complicaciones y de manera satisfactoria, como garantía de una comunicación plena e igualitaria entre las partes.

Art. 34 Para la realización de reuniones virtuales de Mediación, CAMACAN LATAM proporciona el uso de plataformas de terceros, sujeto a sus respectivos términos y condiciones, los cuales deben ser analizados y acordados previamente por los participantes.

§1º CAMACAN LATAM no se hace responsable del uso, seguridad o disponibilidad de estas plataformas.

§2° Si el uso de otra plataforma es requerido consensualmente por las partes, CAMACAN LATAM deberá ser informado con anticipación y oportunamente para que la plataforma deseada sea analizada, aprobada y ratificada.

Art. 35 Una vez elegida la plataforma virtual, CAMACAN LATAM solicitará a las Partes que informen los nombres completos de los Participantes y las direcciones electrónicas que deben recibir el enlace de acceso, a fin de enviar las invitaciones para realizar la reunión virtual de Mediación.

§1° Es responsabilidad de los patronos de las partes informar a CAMACAN LATAM de las direcciones electrónicas de todos los participantes, para que se les envíe información sobre la reunión virtual de Mediación. También es responsabilidad de los patrocinadores informar a CAMACAN LATAM y al Mediador con anticipación sobre otros participantes y cualquier tercero que se encuentre físicamente en el mismo lugar que otro participante.

§2° CAMACAN LATAM remitirá al Mediador la lista de personas que participarán en la reunión virtual de Mediación, debidamente acompañada de direcciones electrónicas.

Art. 36 El día señalado para la reunión virtual de Mediación, todos los participantes deberán acceder a la plataforma al menos 30 (treinta) minutos antes de la hora programada para el inicio de los trabajos, para la última prueba de funcionamiento del equipo y verificación de otras cuestiones técnicas.

§1° Al inicio de la reunión, se sugiere que el Mediador, en posesión de la lista de participantes, confirme la presencia de todos, y que, en su discurso de apertura, aclare a los participantes sobre la dinámica de la sesión virtual y establezca algunas reglas básicas y esté disponible para aclarar cualquier dificultad en el manejo de la plataforma.

§2° Los participantes no podrán grabar sesiones de mediación por ningún medio, incluido audio, video o digital;

§3° Los Participantes deberán, al inicio de cada sesión virtual, identificar el nombre de todas las personas que participarán en la reunión, asegurándose que terceros no identificados no tengan acceso al contenido de la reunión (visual o escuchando);

§4° Los participantes deberán comprometerse a no acceder a la sesión privada de la otra parte ya no utilizar un documento o prueba, cuyo acceso no haya sido autorizado. Cualquier complicación al respecto debe, en nombre de la buena fe, ser notificada al Mediador tan pronto como ocurra.

§5° Los participantes se comprometen a acceder a la plataforma en un lugar reservado, libre de ruidos externos y personas ajenas a la Mediación, evitando los lugares públicos.

§6° En cualquier momento durante el transcurso de la reunión virtual de Mediación, el Mediador, por su propia deliberación o a petición de los

patrocinadores de las partes, podrá solicitar a los participantes que muestren el entorno físico en el que se encuentran (rotación de 360°) en para verificar y confirmar a las personas presentes en el sitio.

§7° Las posibles presentaciones de diapositivas y / o documentos a visualizar durante el transcurso de la reunión virtual de Mediación deberán ser visualizados por el interesado a través de la función de compartir pantalla disponible en la plataforma.

§8° Para mayor claridad en las comunicaciones, cada interlocutor deberá esperar a que termine el discurso de su antecesor.

§9° Para reuniones individuales, CAMACAN LATAM, como organizador del evento (anfitrión), será responsable de dar acceso a la sala de reunión virtual individual de Mediación, enviando los enlaces respectivos a quienes deban acceder a ellos. Asimismo, CAMACAN LATAM promoverá la salida de los participantes de la sala de reunión virtual individual de Mediación, al finalizar.

§10° En caso de cualquier tipo de complicación técnica o de otro tipo, el Mediador podrá suspender la reunión virtual de Mediación, estableciendo de común acuerdo entre los Participantes su reanudación el mismo día o en una nueva fecha.

CAPÍTULO IX

COSTOS Y TARIFAS

Art. 37 Los costos, teniendo en cuenta los derechos de registro y administración y los honorarios de los Mediadores, se repartirán entre las partes, salvo disposición en contrario.

Art. 38 Los derechos de registro y administración, así como los honorarios de los mediadores, deben solicitarse a través de contacto vía correo electrónico dirigido a la dirección contato@camacanlatam.com.br. También se consideran los valores vigentes en el momento de la firma del Término de Mediación Inicial.

§1° Los demás gastos necesarios para el buen desarrollo de la mediación serán a cargo del solicitante del acto, o repartidos entre las partes, cuando así lo solicite el mediador, debiendo ser pagados con anticipación a la realización de la medida solicitada.

§2° A elección de un mediador residente fuera de la ciudad de Rio de Janeiro - RJ, las partes deberán asumir los gastos correspondientes a su viaje y eventual alojamiento.

Art. 39 El procedimiento de mediación de CAMACAN LATAM consta de dos sesiones de hasta dos horas. Si hay necesidad de más sesiones para resolver el conflicto, el presidente de CAMACAN LATAM debe cubrir los costos adicionales.

§1º Las partes deberán acreditar con anterioridad a la sesión de mediación, el pago de la tasa administrativa y el respectivo monto honorario.

§2º La falta de pago de costas interrumpe el procedimiento de mediación, que, si se prolonga por más de 30 (treinta) días hábiles, implicará su cierre.

CAPÍTULO X

CELEBRACIÓN DEL ACUERDO Y TERMINACIÓN DE LA MEDIACIÓN

Art. 40 Los acuerdos realizados en mediación pueden ser totales o parciales. Si algunos puntos de la agenda de mediación no han llegado a un acuerdo, el mediador podrá aclarar a las partes sobre otros medios extrajudiciales o judiciales para su resolución.

Art. 41 De acuerdo con la voluntad de las partes, los acuerdos alcanzados en la mediación pueden ser informales o reducirse a término para constituir títulos ejecutivos extrajudiciales, incorporando la firma de dos testigos, preferiblemente los abogados de las partes u otro (s) señalados. por ellos.

Art. 42 Los acuerdos formales firmados ante el Mediador tienen plena vigencia jurídica y no necesitan ser ratificados judicialmente para tener fuerza de Ejecución Extrajudicial, sin embargo, si las partes así lo desean, pueden llevar el acuerdo a ratificación judicial. .

Párrafo unico. El término final de la mediación, en caso de acuerdo, constituye una orden de ejecución extrajudicial y, cuando se ratifica en un tribunal, una orden de ejecución judicial.